

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Adalclever Lopes – PMDB
1º-Vice-Presidente: deputado Lafayette de Andrada – PRB
2º-Vice-Presidente: deputado Dalmo Ribeiro Silva – PSDB
3º-Vice-Presidente: deputado Inácio Franco – PV
1º-Secretário: deputado Rogério Correia – PT
2º-Secretário: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissão
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATA DA 18ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, EM 28/6/2018

Às 14h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues e João Leite, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Bonifácio Mourão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a dar prosseguimento ao debate sobre a situação financeira do Instituto de Previdência dos Servidores Militares de Minas Gerais – IPSM –, com a convocação dos Srs. Helvécio Magalhães, secretário de Estado de Planejamento e Gestão, e José Afonso Bicalho, secretário de Estado de Fazenda; e do Cel. PM Vinícius Rodrigues de Oliveira Santos, diretor-geral do referido instituto, em atendimento ao disposto no art. 73, II, da Constituição Estadual, que assegura ao Poder Legislativo o controle externo de atos do Poder Executivo. A Presidência informa que a matéria constante na 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia) já foi apreciada em reunião anterior. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Antonieta de Cássia Dorledo de Faria, diretora de Relações Institucionais do IPSM; e Maria Abadia de Souza, presidente do Sindicato dos Servidores do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais; o deputado federal Subtenente Gonzaga; o Ten.-Cel. PM Norberto Rômulo Russo, presidente da Associação dos Militares Estaduais Mineiros; o 3º-Sgt. PM Marco Antônio Bahia Silva, presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais; o Sgt. BM Alexandre Rodrigues, presidente da Associação de Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; o Sr. Marco Antônio de Paula Assis, presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia do Estado Minas Gerais; o Sr. Vinicius Magno Faeda, assessor sindical do Sindicato dos Servidores da Polícia Civil; o Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais; o Ten. PM Amarílio Ribeiro Macedo, presidente da Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Barbacena e Região; e os Srs. Diemerson Souza Dias, presidente da Associação Mineira dos Agentes e Servidores Prisionais do Estado de Minas Gerais – Amasp; Ronan Rodrigues, presidente da União Mineira dos Agentes Prisionais de Minas Gerais; Charles Silvestre Lopes, diretor de Comunicação do Sindicato dos Servidores Públicos do Sistema Socioeducativo do Estado de Minas Gerais; Geraldo Antônio

Henrique, membro do Conselho Beneficiário do Ipsemg; José Ferreira da Silva, vereador da Câmara Municipal de Manhuaçu; e Antônio José Francisquini, vereador da Câmara Municipal de Coronel Fabriciano. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2018.

Sargento Rodrigues, presidente.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 55ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA,
3/7/2018****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.882, que altera as Leis nºs 4.747, de 9 de maio de 1968, 5.960, de 1º de agosto de 1972, 6.763, de 26 de dezembro de 1975, 11.363, de 29 de dezembro de 1993, 14.699, de 6 de agosto de 2003, 14.937, de 23 de dezembro de 2003, 14.940, de 29 de dezembro de 2003, 14.941, de 29 de dezembro de 2003, 15.424, de 30 de dezembro de 2004, 15.464, de 13 de janeiro de 2005, 19.976, de 27 de dezembro de 2011, 20.922, de 16 de outubro de 2013, 21.735, de 3 de agosto de 2015, 21.972, de 21 de janeiro de 2016, 22.257, de 27 de julho de 2016, 22.437, de 21 de dezembro de 2016, e 22.549, de 30 de junho de 2017, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei Complementar nº 153, que altera o art. 1º da Lei Complementar nº 138, de 28 de abril de 2016, que dispõe sobre a licença para tratamento de saúde dos servidores atingidos pela decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.876. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.733, que dispõe sobre o desenvolvimento de ações de acompanhamento psicossocial das famílias das vítimas de calamidades públicas no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.752, que altera o art. 5º-A da Lei nº 15.962, de 30 de dezembro de 2005, que dispõe sobre a concessão de reajuste nos vencimentos básicos das categorias que menciona, estabelece as tabelas de vencimento básico dos policiais civis e militares, altera as Leis nºs 11.830, de 6 de julho de 1995, e 14.695, de 30 de julho de 2003, e dá outras providências. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.762, que determina a adoção de medidas para assegurar a autenticidade das informações veiculadas nos sites governamentais e a segurança nas transações realizadas em meio eletrônico entre os órgãos e entidades da administração pública do Estado e os cidadãos. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.765, que altera a Lei nº 13.768, de 1º de dezembro de 2000, que dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público ou entidade sob controle direto ou indireto do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.820, que altera a Lei nº 20.608, de 7 de janeiro de 2013, que institui a Política Estadual de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA Familiar. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.856, que dispõe sobre a cessão de direitos creditórios originados de créditos tributários e não tributários do Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.861, que dispõe sobre o porte de arma de fogo pelo Agente de Segurança Socioeducativo de que trata a Lei nº 15.302, de 10 de agosto de 2004. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.863, que proíbe a utilização, no Estado, de animais para desenvolvimento, experimentos e testes de perfumes e produtos cosméticos e de higiene pessoal e seus componentes. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 23.867, que dispõe sobre a inserção de mensagem educativa em cardápios, lista de preços e material promocional de estabelecimentos que comercializem bebida alcoólica para consumo imediato. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 23.880, que dispõe sobre as ações de manutenção de estradas e rodovias no Estado. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 3/7/2018

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 11.190, 11.191 e 11.193/2018, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 3/7/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 3/7/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 10.993/2018, da Comissão de Administração Pública; e 11.046/2018, do deputado Antonio Carlos Arantes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/7/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/7/2018**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 4.715/2017, do deputado Celinho do Sinttrocel; 4.898/2018, da deputada Ione Pinheiro; e 5.064/2018, do deputado Douglas Melo.

Requerimento n° 11.192/2018, do deputado Ulysses Gomes.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 3/7/2018**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 10.558 a 10.560/2018, da Comissão de Participação Popular; 10.641/2018, do deputado Gil Pereira; e 11.004 e 11.005/2018, da Comissão de Agropecuária e Agroindústria.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA 18ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/7/2018**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco a deputada Celise Laviola e os deputados Durval Ângelo e Noraldino Júnior, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 3/7/2018, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 2 de julho de 2018.

Cristiano Silveira, presidente.



PRONUNCIAMENTOS

**DISCURSOS PROFERIDOS NA 53ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 18ª
LEGISLATURA, EM 26/6/2018**

O deputado Gil Pereira* – Boa tarde, senhoras e senhores, presidente Dalmo, Sras. Deputadas e Srs. Deputados. Estou aqui hoje para fazer um agradecimento ao ministro Gilberto Occhi, que esteve em Montes Claros ontem, a nosso pedido, fazendo diversas inaugurações e levando vários benefícios àquela cidade e a todo Norte de Minas.

Primeiramente, o ministro foi inaugurar o Oncocenter, um centro de tratamento de câncer e de hematologia. É um prédio novo da santa casa, mas que tem financiamento 100% do SUS. O prédio é maravilhoso, os equipamentos são de última tecnologia e foram doados pela santa casa. É importante dizer que o tratamento é 100% do SUS, volto a frisar.

Além disso, havíamos pedido ao ministro – já havia um pedido anterior para o Ricardo Barros – um tomógrafo no valor de R\$2.100.000,00, porque o tomógrafo da santa casa estava queimado, e esse valor foi empenhado. Ontem o ministro Gilberto Occhi autorizou o pagamento desse equipamento para aquele hospital, a fim de atender, como já disse, à população de Montes Claros e também à população norte-mineira.

Quero dizer também que o ministro Gilberto Occhi, que é do nosso partido, do PP, autorizou o credenciamento do tratamento de AVC para a santa casa, que vai atender à população de Montes Claros e, volto a frisar, de todo Norte de Minas. Esse credenciamento tem o valor de, mais ou menos, R\$2.200.000,00 anuais. É realmente um benefício muito importante para aquele hospital e principalmente para a população mais carente norte-mineira.

Ele autorizou também um pedido nosso de duas unidades básicas de saúde: uma é a UBS do Bairro Renascença, uma região com mais de 50 mil habitantes, que estava há mais de cinco, seis anos, sem funcionar – é um PSF antigo –, no valor de R\$1.200.000,00. A outra UBS autorizada por ele foi no Bairro Edgar Pereira. Essa UBS também não está funcionando desde 2009, e parece que não havia nenhum tratamento lá. O ministro também autorizou esse pagamento, já que estava empenhado também esse valor. Portanto, temos que agradecer muito ao Gilberto Occhi.

E outro pedido que foi feito por mim e pelo prefeito Humberto Souto foi a conclusão da UPA do Bairro Chiquinho Guimarães, uma região grande, que estava precisando dela. A prefeitura, com recursos do Ministério da Saúde e do Tesouro do município, vai concluí-la. O ministro, também a pedido nosso, autorizou a destinação de R\$1.000.000,00 para comprar todos os equipamentos para a UPA do Bairro Chiquinho Guimarães, que atende a uma região de mais de 70 mil habitantes.

Então, estamos aqui para externar, ministro Gilberto Occhi, o nosso agradecimento pelo apoio que tem dado a Montes Claros e ao Norte de Minas. Isso foi para Montes Claros, mas está atendendo também às cidades de Pirapora e Janaúba. Inclusive foram destinados R\$2.000.000,00 para Janaúba quando ocorreu aquele triste evento na creche da cidade. A santa casa também recebeu R\$2.000.000,00 em razão desse mesmo evento, pois ela foi a base para atender as crianças. Infelizmente, 14 crianças faleceram, mas foi o recurso do Ministério da Saúde que ajudou a santa casa e, principalmente, a população de Janaúba, e está ajudando também os municípios de Januária e Bocaiuva, enfim, o Ministério da Saúde já liberou recursos para todas as microrregiões do São Francisco, e até o dia 6 vai liberar mais recursos para a população.

Então, quero dizer que o ministro Gilberto Occhi, embora esteja há pouco tempo no ministério, é sensível à questão da saúde dos mineiros, especialmente dos norte-mineiros. Ele falou uma coisa muito importante lá. Como banqueiro, ex-presidente da Caixa Econômica Federal – entrou como estagiário e chegou a presidente –, ele está fazendo um trabalho com os Ministérios da Fazenda e do Planejamento para que as santas casas possam pegar o financiamento com juros subsidiados, no mesmo nível dos juros praticados pelo BNDES. Temos de agradecer muito pela sensibilidade ao ministro Gilberto Occhi, que fará esse lançamento dentro de pouco tempo.

Concedo aparte ao nosso nobre líder João Leite.

O deputado João Leite (em aparte)* – Obrigado, deputado Gil Pereira, e parabéns. Todos nós o admiramos pelo esforço e trabalho em prol do Norte de Minas e de todo o Estado de Minas Gerais. Nesse final de semana, estive em Espinosa e Janaúba; passei por Mato Verde e Mamonas, e a minha ida foi em nome da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, devido à questão da Represa do Esteio. A população enfrenta problemas em razão do desgaste do material durante anos. As pessoas estão praticamente bebendo ferrugem da represa da Copasa. A Copasa autorizou uma obra, a qual acompanhei em nome da comissão muito bem presidida pelo deputado Felipe Attiê. Aproveitei também, muito provocado por V. Exa. e sua preocupação com as rodovias do Norte

de Minas, para ir até a estação de Espinosa, percorrer os trilhos e verificar o desperdício que é aquela ferrovia. Ela passa praticamente no Projeto Jaíba e no Projeto Gurutuba, e apenas três composições trafegam pela via por semana. É um desperdício. Aquela ferrovia poderia, perfeitamente, ter sido utilizada durante a greve dos caminhoneiros.

Por isso, a comissão instalada na Assembleia Legislativa pelo presidente Adalclever Lopes, a qual eu tenho a honra de presidir, a Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras, tem um trabalho muito grande para fazer. Recepcionamos os seus requerimentos para verificarmos a situação de Janaúba, Montes Claros, Pirapora, Monte Azul e Bocaiuva. Estamos atentos.

Queria lembrar a V. Exa. que, na próxima sexta-feira, a ANTT decidirá onde acontecerão as obrigatórias audiências públicas para determinar a antecipação da renovação da concessão ferroviária.

É um momento muito importante. V. Exa. leu imediatamente isso. Renovadas agora as concessões, só daqui a 40 anos vamos discutir novamente questões ligadas às ferrovias mineiras. Perdemos muito durante esses anos. Perdemos, inclusive, a estrutura patrimonial. A estação de Espinosa é linda, mas está abandonada. Há vagões abandonados nela, um desleixo total. A Assembleia Legislativa tem um papel importante agora para retomarmos isso.

Vejo o deputado Fabiano Tolentino aqui e quero dizer que essa linha que passa por Espinosa, Janaúba, passa por Divinópolis também e vai até Salvador, onde temos porto.

O deputado Gil Pereira* – É o trem baiano.

O deputado João Leite (em aparte)* – E vimos isso ser abandonado em nosso país.

Parabenizo V. Exa. pelo esforço. Contamos com seu apoio na comissão. Estamos lutando. O deputado Domingos Sávio é o presidente da Comissão de Viação e Transportes Públicos. Ele estará hoje na ANTT, e nós estaremos próximos, em uma audiência que a comissão realizará na Câmara dos Deputados, justamente discutindo isso. Teremos uma audiência na ANTT também para debatermos essa matéria importante para Minas Gerais, que são as nossas ferrovias.

Parabéns pela vitória no Norte de Minas. Contamos com o seu trabalho apoiando a nossa Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras. Parabéns.

O deputado Gil Pereira* – Agradeço a V. Exa., deputado João Leite pelo belo trabalho. Inclusive conversei com V. Exa. pessoalmente e pedi que o fizesse em várias cidades: Montes Claros, Pirapora, Janaúba, Bocaiuva, Espinosa e Monte Azul também. Que possamos, realmente, reativar essa linha do trem baiano, como você disse, muito importante para Minas Gerais e, em especial, para o Norte de Minas. Então, vamos fazer essa audiência pública sob a sua liderança e esperamos restabelecer isso.

Vou tratar só de mais uma questão, à qual V. Exa. se referiu, e que é muito importante, e em seguida vou passar a palavra ao deputado Durval Ângelo, nosso líder.

Temos a questão importante da água. V. Exa. falou do esteio lá em Espinosa. Sabemos, e já pedimos à Copasa. Mas também quero dar uma notícia boa. Quando eu era secretário do governador Anastasia, fizemos um convênio da Sedinor com o Ministério da Integração Nacional, com o ex-ministro Fernando Bezerra. Arrumamos R\$48.000.000,00 e fizemos um convênio com a Copasa. Essa obra está pronta. A barragem de Viamão está cheia. Com esse valor de 48.000.000,00 que arrumamos em 100% do governo federal, tudo está funcionando bem. Então, o Norte de Minas precisa dessas barragens. Vai atender não só Mato Verde, mas Catuti e Pai Pedro. São regiões importantíssimas do nosso semiárido.

Concedo aparte ao nosso líder, deputado Durval Ângelo, para suas observações.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Deputado Gil Pereira, quero elogiar a atuação de V. Exa. ao levar o ministro da Saúde, que é do seu partido, ao Norte de Minas e trazer um quadro tão vitorioso de verbas e de conquistas. Acho que essa é a função do parlamentar, que tem de estar atento para defender a comunidade que ele representa. E V. Exa. apresenta uma ação em algo tão necessário e emergente, que é a questão da saúde.

Então, não poderia deixar de parabenizá-lo, de concordar com V. Exa. e de expor que, além das funções de fiscalizar, legislar e julgar, temos uma função importante também, que é a de intermediar, de fazer pontes entre as necessidades da população, entre os problemas do povo e o Poder Executivo, que tem a função de executar e aplicar as verbas públicas. Parabéns.

Concordo com o deputado João Leite. Acho que se cometeu um crime neste país com a desativação das ferrovias. Foi a vitória do transporte rodoviário, de empresários dos transportes rodoviários, das empresas automobilísticas, do *lobby* das empresas petrolíferas. Trazer essa discussão para a Assembleia é muito importante. Em Minas Gerais o trem está ligado a sua história, tanto que se diz que boca de mineiro é a maior estação do mundo, pois nela entra e dela sai trem a toda hora.

Acho que para a nossa cultura o trem fascina. Vemos como encantam as cidades do interior, como Tiradentes, São João del-Rei e outras que possuem transporte local de trem de passageiros para o turismo. Algumas casas de cultura no interior estão sendo feitas em vagões de trens e têm trazido um encanto muito grande para a paisagem dessas cidades. Acho que essa comissão é bem-vinda, e temos de apoiá-la. Obrigado.

O deputado Gil Pereira* – Agradeço ao nobre colega, deputado Durval Ângelo, nosso líder. Realmente, Durval, o deputado João Leite está fazendo um belo trabalho.

Para concluir, Durval – o deputado Felipe Attiê já tinha falado isso antes, e o deputado Duarte Bechir falou hoje –, sei da sua sensibilidade, da sua luta em relação ao funcionalismo público estadual, em relação ao pagamento dos professores e do funcionalismo, para que ele fique em dia. Sei que você está lutando, está intermediando. Fica o nosso apelo ao secretário de Fazenda e ao governador para que possamos realmente colocar isso em dia. Sei que muitas pessoas estão sofrendo, assim como você está sofrendo por ver tantas famílias não receberem em dia o pagamento.

Quero parabenizá-lo pela sua liderança e agradecer o carinho e a amizade de sempre. Eu, você, Durval, e o João Leite estamos aqui há 24 anos fazendo o bem para o povo do Norte de Minas, em especial, e para toda Minas Gerais. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Fabiano Tolentino* – Sr. Presidente, TV Assembleia, deputados, deputadas, na verdade estou aqui hoje, primeiramente, para fazer uma retrospectiva do antes da eleição. Quando se iniciou a campanha eleitoral, vimos o governador Fernando Pimentel falando algumas coisas que eram muito interessantes para Minas Gerais, por exemplo: “Vou aumentar o salário dos funcionários, vou pagar o piso nacional da educação”. Eram coisas que queríamos, sim. Torço para uma Minas melhor e gostaria inclusive de que, na ponta, isso acontecesse, tanto que votamos nesta Casa o pagamento do piso nacional da educação. Votamos inclusive a volta do regime remuneratório, porque, na prática, nós tínhamos no passado o regime errado, porque do meio para a frente ficava ruim para os professores. Para quem estava iniciando, deputado João Leite, era melhor realmente. Mas para quem estava do meio para a frente não era tão bom. E nesta Casa votamos a volta do regime remuneratório, o que foi bom. Então algumas ações foram feitas.

Lembro-me também do governador falando do maior pagamento que nós temos, que é o da energia elétrica. Lá em Divinópolis, nos jornais *Agora* e *Gazeta do Oeste*, ele disse claramente: “Eu jamais aumentaria a energia elétrica, porque a energia é a válvula de sustentação. Ela é a sustentabilidade das empresas. Se eu aumentar a energia, isso vai atrapalhar todo o contexto. Os empresários sairão de Minas e irão para outros estados, porque a nossa carga tributária é muito alta”. Ele dizia isso antes de ser governador. As coisas aconteceram, o governador Pimentel ganhou, foi votado por Minas Gerais, muito bem votado por sinal. Ele ganhou em primeiro turno e tomou posse. Da posse para cá, parece que ele esqueceu tudo o que estava prevendo. Ele não consegue cumprir o piso nacional que foi votado aqui. Por que ele não consegue cumprir? Porque a máquina é cheia, deputado João Leite. Quando há uma máquina inchada, a proposta é muito boa; mas, na prática, a solução não veio da forma adequada, como deveria vir. Primeiramente se enxuga a máquina executiva. E aí podemos ter dinheiro para trabalhar os funcionários concursados que já existem

nela. Mas ele prioriza os funcionários comissionados, a base de sustentação do governo que lá está, e não dá prioridade aos que fizeram concurso, que poderiam receber no quinto dia útil, que é o dia certo de todo trabalhador.

Portanto hoje vivemos um nó em Minas Gerais. Vivemos um colapso em Minas Gerais. A situação poderia ser melhor? Poderia ser melhor. Muitas tentativas foram feitas para melhorá-la.

E aí, na educação, ele não consegue pagar a taxa de manutenção das escolas! Vocês sabem o que é isso? É o papel higiênico, é o detergente, é o que é básico na escola! Mas, em contrapartida, no ano passado – isso foi denunciado por nós –, comprou R\$15.000.000,00 em máquinas fotográficas para as escolas. Qual é a prioridade de se ter uma máquina fotográfica, comprada pelo dobro do preço? Ela custa R\$1.800,00 e foi comprada por quase R\$4.000,00. A nota fiscal está em nossa posse. Pagou-se o dobro do preço, sendo que máquina fotográfica não é prioridade para a escola. Petecas foram compradas pelo dobro do preço. Cadeiras giratórias foram compradas pelo dobro do preço.

Portanto, não conseguimos melhorar a situação quando o governo não tem prioridades. Não é preciso comprar, mas, sim, pagar ao funcionário. Então, primeiro, tem de ser o pagamento; e, depois, ajustaremos as outras coisas. Isso está muito claro na minha concepção. O que faltou foi gestão, do início ao fim. Quando vemos que falta capacidade de gestão ao governo, entendemos por que não conseguimos ajustar a situação. Há problema em todos os mandatos. Não direi que, no outro mandato, não havia problema, porque havia, sim. Até acredito que o governador pegou, realmente, uma máquina com dívida. No entanto, ele a entregará com uma dívida maior do que a que pegou, o que não é justo para Minas Gerais. Quando se pega uma máquina endividada, mas se consegue lançar mão de R\$5.000.000.000,00 de depósitos judiciais – foi o valor que o governador pegou –, consegue-se também vender lotes do Estado e arrecadar de novo, consegue-se aumentar o Refis – mais R\$5.000.000,00 –, ora, é só estudarmos que veremos que o governo continua devendo mais, apesar de tudo o que foi arrecadado. É um absurdo o que acontece.

O meu partido é o PPS. Estou muito tranquilo em relação a isso, porque não compactuo nem com o PSDB nem com o PT nem com o PMDB. Então, tenho liberdade para falar. Quem defende o governo precisa ver que a gestão está complicada. Os funcionários não estão recebendo seus salários. Os funcionários estão em greve. Na minha cidade de Divinópolis, todas as escolas estão paradas. Diante dessa situação, temos, sim, de fazer gestão. Não queremos que as escolas parem, mas que, realmente, tenham condições de trabalho e o funcionário receba no 5º dia útil, o que é o justo. Temos de trabalhar para isso.

Portanto, é preciso parar esta Casa, presidente. A Casa não pode votar nada enquanto o governador não pagar o salário dos funcionários. Essa é a nossa proposta. Realmente precisamos pagar, deputado João Leite, o salário em dia. Sem salário em dia, não há como trabalhar, e o aposentado não tem como se sustentar, garantir seu remédio e sua saúde. É isso que estamos vivendo. Às vezes, as pessoas fecham os olhos para o que está acontecendo e querem defender o indefensável. Aí, realmente, não tem jeito, pois as coisas estão fora da concepção normal e natural. Basta verificar a crise em Minas Gerais.

Outro tema que me traz a esta tribuna é a Uemg. Nós votamos a estadualização relativa à Uemg. Essa questão foi votada por todos os deputados. Só que o orçamento hoje não é capaz de pôr a Uemg numa boa situação. Em Divinópolis, nós temos a Uemg. Os alunos do curso de fisioterapia fazem um estágio no hospital em Divinópolis, e o governo tinha de pagar esse estágio – aliás, duzentos e poucos reais por aluno –, que é obrigatório. Esse é o custo. Mas, infelizmente, esse valor não é pago e, portanto, eles vão parar. Neste ano, se não for pago esse valor, os alunos não poderão formar-se no curso de fisioterapia. Isso é um absurdo. É o mínimo que tem de ser pago. Então, temos de olhar toda essa situação.

Hoje a Uemg, em Divinópolis, passa por um grande aperto financeiro. Temos de ajustar essa situação. Todas as Uemgs estão com o mesmo problema. Não chega taxa de manutenção, não se fazem ajustes, não se paga aos funcionários. Aí, as faculdades estaduais vão parar. Nós votamos para estadualizá-las. Está certo. Realmente temos de ter o estudo estadualizado. Mas, infelizmente, o orçamento não condiz com a necessidade das universidades. Aqui venho falar pela Uemg de Divinópolis e pelas Uemgs de todo o Estado.

Outro ponto, deputado João Leite, é a questão da Copasa em Minas Gerais. Na semana passada, estive em Guaxupé e a obra está parada. É um absurdo o que acontece com a Copasa na maioria das cidades. Queremos que se faça obra e que se trate o esgoto para que não seja lançado no rio de qualquer forma, como está acontecendo em Minas Gerais.

Tenho de parabenizar a Câmara Municipal de Divinópolis. Todos os vereadores, com coragem, votaram e derrubaram o decreto do ex-prefeito Vladimir que fazia com que a Copasa cobrasse a taxa de coleta de esgoto. Basta? Ainda não, porque isso tem de passar na Justiça. É o juiz que tem de determinar a suspensão dessa taxa. Espero que o Ministério Público, que sempre está ao lado da população, entre com uma ação civil perante a Justiça para conseguirmos suspender a taxa de cobrança da coleta de esgoto, até que a obra fique pronta. Já faz quase 10 anos, e a obra não acontece. Agora ela está sendo feita porque estamos cobrando. Se não cobrássemos, a obra nem seria iniciada. É muito bom para a Copasa cobrar uma taxa de coleta de esgoto e não fazer a obra. Isso vem não só desta gestão, mas também de gestões passadas. É preciso concluir essa obra e resolver os demais problemas. Sabemos que não é fácil, pois há muitos problemas no Estado. Ser governador de um estado do tamanho e da diversidade de Minas Gerais é muito complicado. Mas estamos aqui para ajustar.

Se não tivesse o que ajustar, não teríamos que estar aqui. Então, temos que falar aqui a verdade, e a verdade é esta: a Copasa tem que prestar os seus serviços.

Está convocada para vir a esta Casa, no dia 7 de agosto, a presidente da Copasa, Sinara Meireles. Esperamos que ela venha, para mostrar os avanços da Copasa no período em que esteve como presidente, os desafios e de que forma a Copasa está investindo o valor arrecadado. São arrecadados bilhões de reais. Todo ano a Copasa diz de quanto é o lucro, mas as obras não estão acontecendo na ponta. Então, espero que a presidente venha a esta Casa para nos explicar isso.

Estamos aí com a CPI da Copasa, presidente, com 14 assinaturas hoje. Espero chegar às 26 assinaturas necessárias para que a gente possa instaurar a CPI da Copasa nesta Casa. Em contrapartida, já são mais de 30 CPIs nas câmaras municipais; a maioria já terminando e denunciando a Copasa por vários problemas, por vários ilícitos em relação a todo esse processo em cada município. Então, chegou o momento em que estamos aqui fazendo o nosso papel, que é o de fiscalizar e de defender a população. Essa é a nossa fala de hoje. Falamos dos funcionários que não recebem em dia e que gostaríamos que recebessem. Acho que temos de dar o veredito. Então, vamos parar até que se pague. Não vamos votar nada até que se pague. Pagou? Aí, sim, vamos ver de que forma podemos fazer ajustes, mesmo porque esse governo já está acabando. Fico impressionado quando há uma audiência pública aqui, e vem alguém do governo dizer que ainda estão fazendo os estudos para ajustar a secretaria, sendo que o governo já está finalizando o mandato. Os estudos tinham de ser feitos no primeiro ano, nos primeiros seis meses e não nos últimos seis meses. Fazer estudo de agora para frente? Acho que já passou o momento. O momento agora é de executar e tirar Minas do buraco em que está, senão, agorinha mesmo, estaremos próximos do Rio de Janeiro e do Estado do Rio Grande do Sul. São várias gestões que vão deixando esse problema, que acaba vindo à tona no dia de hoje e que tem que ser resolvido. Então, peço, encarecidamente, que os deputados pensem nisso, pensem no funcionário que precisa receber, pensem no aposentado que precisa receber. Aí sim, podemos ter uma Minas melhor; a Minas que nós queremos.

Então, Sr. Governador, este é o pedido que esta Casa faz, através do deputado Fabiano Tolentino: pague os salários no quinto dia útil. Pague os aposentados, porque ninguém aguenta mais. Afinal de contas, é a Copasa que você tem que pagar com multa, é a Cemig que você tem que pagar com multa. E o salário vai se achatando cada vez mais e fica pior no dia a dia.

Sr. Presidente, essa é a nossa fala na tarde de hoje, pontuando sobre o repasse da manutenção das escolas; o pagamento que não chega para os funcionários; a Uemg, que está com problemas graves e não recebe a taxa de manutenção; e o problema da Copasa pelo Estado de Minas Gerais. Muito obrigado. Foi um prazer estar nesta Casa para me pronunciar. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Sargento Rodrigues – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, servidores que ocupam as galerias da Assembleia, boa tarde.

Sr. Presidente, mais uma vez, vimos aqui tratar de um assunto específico, mas não poderemos deixar de falar de um outro, que vem incomodando, atrapalhando a vida dos nossos servidores do Estado de Minas Gerais.

Mas, antes, presidente – V. Exa. é deputado atuante no Sul de Minas –, queria trazer aqui a matéria do portal G1. (– Lê:) “Dois ônibus são queimados em ataques em Elói Mendes. Entre a madrugada e a manhã desta terça-feira, a cidade de Elói Mendes registrou dois ataques a ônibus. Os dois veículos queimados ficam no mesmo local, na garagem de uma empresa, e foram atacados em horas diferentes. A garagem fica no Bairro Vila Freitas. De madrugada, na primeira ação, criminosos invadiram o local e atearam fogo em um ônibus.

Uma equipe do Corpo de Bombeiros foi chamada, e as chamas não se espalharam. Houve pequenos danos ao veículo. O maior ataque foi durante a manhã, quando um grupo voltou a incendiar ônibus no mesmo local. No novo crime, os criminosos conseguiram atear fogo em um deles e as chamas se espalharam para outro veículo. Os ataques a ônibus em Minas Gerais começaram a ser registrados em 3 de junho, mas essa é a primeira vez que Elói Mendes é alvo. Dessa forma, sobe para 23 o número de cidades na região que sofreram algum tipo de ataque a ônibus, outros veículos ou imóveis. Apenas no Sul de Minas são 24 cidades atingidas. Em todo o Estado, ocorreram 116 ataques, com 71 ônibus incendiados em 43 cidades. Os casos são apurados, e o governo afirma que a ordem de ataque tem partido da facção criminosa que está insatisfeita com o rigor do sistema prisional”.

Presidente, fica parecendo, ao ler essa matéria, que o governo consegue solucionar o problema, que é grave para a população de todo o Estado. Não se trata apenas da queima de ônibus e carros, mas também de ataques a caixas eletrônicos. E o governo simplesmente resume o que acontece, dizendo que a disciplina nas unidades prisionais do Estado é rigorosa. Ora, não há que se falar em disciplina rigorosa! O que nós estamos acompanhando é o esfacelamento de uma política pública importante, chamada segurança pública. Trazemos aqui dados consistentes em relação ao dismantelamento dessa política pública. Estamos avisando, estamos falando desse assunto há três anos, desde junho de 2015, e cobrando do governo a priorização do custeio e o investimento. O que ele faz durante todo esse período? Ele vem retirando recursos valiosos da área de segurança pública no custeio e no investimento da Polícia Civil, da Polícia Militar, do Corpo de Bombeiros Militar, do sistema prisional, inclusive, presidente, demitindo 3 mil agentes penitenciários, o que impactou decisivamente na qualidade do trabalho que é prestado na área da inteligência, na quantidade de agentes penitenciários e na carga horária imposta a eles. Ou seja, dificultou todo o trabalho de monitoramento feito pelos agentes. Agora, simplesmente o governo vem a público dizer: “Não, a facção criminosa está reagindo, atacando, queimando coletivos, carros, porque aqui há rigor na disciplina carcerária”. O que não existe aqui em Minas Gerais é uma política de segurança pública, porque ela foi completamente dismantelada. A região de V. Exa., deputado Dalmo, nas divisas de São Paulo e Rio de Janeiro, tem sido o alvo preferencial de tudo o que acontece de ruim na segurança pública. Acabaram com os Cinturões de Segurança Pública 1, 2 e 3; diversas unidades das Polícias Militar e Civil e dos sistemas prisional e socioeducativo não têm coletes nem munições, pois estão vencidos; faltam veículos para transportar presos para serem apresentados ao Poder Judiciário. Houve denúncia nesse sentido da própria juíza da Vara de Tóxicos de Belo Horizonte. Ela colocou um traficante na rua porque o prazo venceu, e ele não foi apresentado em tempo hábil, tendo em vista que aquela unidade prisional não dispunha de veículo.

Portanto, o que estamos acompanhando e assistindo é o verdadeiro dismantelamento das políticas públicas. Não há a mínima condição de a situação continuar como está!

O governo, o então candidato a governador Fernando Pimentel, do PT, anunciou durante a campanha, no dia 4/9/2014, aproveitando as imagens da morte de uma investigadora, ali, no coreto da Praça da Liberdade, que a segurança pública ia mal. Então ia equipar, remunerar, qualificar, colocar *tablets* e GPS nas viaturas e contratar 12 mil policiais civis e militares. Nada disso aconteceu!

Com relação à contratação dos efetivos, recentemente recebi respostas de pedido de informação, pela Polícia Militar e pela Polícia Civil. Apenas no período de 2015 a 2017, em três anos, já se aposentaram 6.000 policiais militares e 1.300 policiais civis. Ou seja, com o concurso que o governo abriu e contratou, ele não conseguiu suprir sequer a evasão que se deu com as aposentadorias. Portanto, não houve acréscimo de efetivo. Então há um dismantelamento completo. Em dois anos, 2015 e 2016, retiraram do custeio da Polícia Militar R\$230.000.000,00, quando se compara com o exercício de 2014. Retiraram mais de R\$70.000.000,00 da rubrica investimento da Polícia Civil nos anos 2015 e 2016, quando se compara com o exercício 2014.

E para piorar todo esse cenário de destruição da política pública de segurança pública – e não é só dela, mas das demais também –, o governo agora castiga, de forma cruel, os servidores públicos em geral. O mais importante disso tudo é que o governo prometeu pagar uma parcela no dia 13 – e os servidores, os trabalhadores da educação estão nos acompanhando aqui –, mas não pagou a primeira parcela nesse dia. Prometeu pagar o restante daquilo que parcelou, ou seja, a primeira parcela de R\$3.000,00 que deveria pagar, conforme foi previamente anunciado pelo governador do Estado, mas não pagou. Pagou uma parte de R\$1.500,00 e, para os aposentados, fez um depósito de apenas R\$500,00; e a segunda parcela, presidente, pagou no dia 26. Recebendo nesse dia, não há servidor de qualquer área do Estado que consiga planejar a sua vida financeira, que consiga pagar as suas contas em dia, pois eles estão sofrendo com o cheque especial, com o cartão de crédito, com o total desequilíbrio das suas contas, como as de água, luz, telefone, supermercado, prestação da casa e do veículo. Ou seja, o sofrimento dos servidores públicos de Minas Gerais não para.

E o governo, hoje, deputado João Leite, sequer consegue cumprir o próprio anúncio oficial. O governo fala: “Vou pagar a primeira parcela dia tal”. No dia em que o servidor espera receber, ele chega ao banco, mas o dinheiro não está na conta. Não há chefe de família, seja o chefe ou a chefe, que consiga conviver com tamanho sofrimento psicológico de não poder quitar, não poder honrar os seus compromissos com os seus credores. É desalentador! O servidor está ficando completamente desorientado, desnorteado, e não consegue, Sr. Presidente, exercer bem a sua missão, porque já sai de casa com problema.

Então, na área da segurança, da educação, da saúde, enfim em todas as áreas, há o sofrimento constante dos servidores públicos de Minas Gerais, que não conseguem planejar a sua vida, em decorrência da falta de respeito e de responsabilidade por parte do governador Fernando Pimentel, do PT. Eles não conseguem. E aí, Sr. Presidente, o que o servidor faz? A princípio o que ele fazia? “Vou ter que buscar um empréstimo consignado. Vou ter que ir ao banco pegar um empréstimo. Pego o valor de um salário, ponho as minhas contas em dia e consigo organizar a minha vida”. Bateram à porta dos bancos, deputado João Leite.

Mas o que fez o governo? Deixou de repassar às instituições financeiras os empréstimos que já haviam sido tomados, que são descontados no contracheque do servidor. E o que fizeram os bancos, então? Cortaram o empréstimo consignado e mandaram o nome do servidor para o SPC e a Serasa. Ou seja, até na única saída que tinha o servidor, que era apelar para o socorro de um empréstimo consignado, o governo do Estado conseguiu dar o calote, prejudicando mais uma vez os servidores públicos. É um verdadeiro tormento!

Com dois anos e meio de parcelamento, desde janeiro de 2016, qual política pública vai funcionar? Não adianta o governador falar, da Cidade Administrativa, que vamos melhorar as políticas públicas da educação, da saúde e da segurança, se aqueles que as executam – o professor, a professora, o policial, o bombeiro, o médico, o enfermeiro, ou seja, aqueles que, na ponta da linha, atendem à população – estão completamente desnorteados, já que têm um problema gravíssimo em relação às próprias contas, porque a Cemig e a Copasa não param de cobrar, a conta de telefone não deixa de chegar, e a compra do mês tem que ser feita. São questões prioritárias, que não podem ser deixadas para depois. Todo pai ou mãe de família que tem a responsabilidade de pagar essas contas e colocar a comida na mesa sabe do desespero que sente quando as contas vão chegando e, ao consultar o seu extrato no Banco do Brasil, hoje até pelo celular, vê que o seu dinheiro não foi depositado. É um desespero!

Quem sabe, deputado João Leite, ainda poderemos contar com a presença do secretário de Planejamento e Gestão, Helvécio Magalhães, e do secretário José Afonso Bicalho, para prestarem informações seguras aos servidores, pois eles devem uma satisfação aos servidores públicos do Estado de Minas Gerais.

O deputado Durval Ângelo (em aparte)* – Vou ser rápido, pela exiguidade do tempo. Deputado Sargento Rodrigues, se V. Exa. está tão preocupado assim, é só vocês, da oposição, liberarem a ação à qual deram entrada e que impediu os R\$2.000.000.000,00 da operação de crédito. É só votarem os dois projetos que estão na pauta que, pelos cálculos que fiz anteriormente, dariam de R\$6.000.000.000,00 a R\$7.000.000.000,00. Votem os projetos, e não teremos atrasos aos servidores. Todo o pessoal da segurança pública recebeu até sexta-feira. Então, se V. Exa. tem tanta preocupação, liberem os R\$2.000.000.000,00 da operação de crédito e os projetos que estão na pauta. É muito simples. E falo para todos os servidores do Estado que estão nos ouvindo.

Por fim, os secretários não virão, porque a convocação de V. Exa. foi irregular, ilegal e antirregimental.

O deputado Sargento Rodrigues – Presidente, preciso de um tempo para responder. Tem gente que gosta de ser enganada. Empréstimo não pode ser usado para o pagamento de servidor. Segundo o art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal, não há como utilizar empréstimo para despesa corrente. Traduzindo, o pagamento do servidor é despesa corrente.

Mas o líder de governo, depois de três anos e meio de governo, quer colocar a culpa na oposição. Deputado Durval Ângelo, o governador de V. Exa. é cara de pau; os secretários do governo de V. Exa. são moleques, irresponsáveis. Depois de dois anos e meio de parcelamento, vêm, agora, com a cortina de fumaça? Deputado Durval Ângelo, sugiro a V. Exa. fazer a leitura atenta do art. 44 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Ai, V. Exa. vai parar de jogar com a plateia, porque hoje os servidores públicos que estão nas galerias estão sendo enganados mais uma vez por V. Exa., como vêm sendo enganados desde janeiro. Aliás, há quanto tempo estão sendo enganados? Há quanto tempo o governo vinha falando, deputado João Leite, que ia pegar os R\$5.000.000.000,00 dos depósitos judiciais e resolver o problema? Foram pegos os R\$5.000.000.000,00, mas nada foi resolvido. Há quanto tempo vinha falando que ia aprovar o fundo imobiliário e resolver o problema? Foi aprovado o fundo imobiliário, e o problema não foi resolvido. Agora, disse que com o projeto do Refis entrariam R\$4.000.000.000,00 ou R\$5.000.000.000,00, e o problema seria resolvido.

Aprovamos o projeto, entrou o dinheiro, e o problema não foi resolvido. Sabe o que o governo de V. Exa. é? Moleque, irresponsável. A não vinda do secretário não é porque há irregularidade no requerimento, mas porque os senhores não querem dar satisfação à sociedade. Se os secretários vierem, aqui ficará lotado de servidores. Enquanto eles não vêm prestar esclarecimentos, o Sr. Helvécio Magalhães, secretário de Planejamento, recebe R\$73.000,00, e o secretário de Fazenda recebe R\$74.000,00 por mês.

Agora, se V. Exa. quer enganar e jogar para a plateia, vai jogar para outra plateia, deputado Durval Ângelo. Aqui, V. Exa. não engana, não. Faça uma leitura melhor do art. 44. Enquanto os salários dos secretários engordam... Só de jetons, o secretário Helvécio Magalhães recebe R\$40.000,00, e sem atraso. Jetom não tem atraso. Com o Afonso Bicalho acontece a mesma coisa. Ele recebe mais de R\$40.000,00, sem atraso.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 29/6/2018, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Pablo Roberto Godinho Costa, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares;

nomeando Cleimar Queiros Sardinha, padrão VL-9, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Gustavo Valadares.

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 42/2018

Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 83/2018

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 16/7/2018, às 15h30min, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade selecionar a proposta mais vantajosa para contratação de empresa prestadora de serviço de transporte de passageiros em ônibus, com motorista.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br, bem como na Gerência de Compras, na Rua Martim de Carvalho, nº 94, 5º andar, Bairro Santo Agostinho, Belo Horizonte, onde poderá ser retirado, das 8h30min às 17h30min, mediante pagamento da importância de R\$0,10 por folha. Caso os interessados prefiram, poderão solicitar cópia eletrônica gratuita do edital, desde que portem mídia própria.

Belo Horizonte, 2 de julho de 2018.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 63/2018

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: ArteBrilho Multiserviços Ltda. Objeto: prestação de serviços de limpeza, higienização e conservação. Objeto do aditamento: revisão de preços em razão de nova convenção coletiva de trabalho, de 2018. Vigência: de 1º/1 a 20/8/2018. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.0093.3.90-10.1.